

Boletim Observatório de África Nº74

Setembro/Outubro 2018

- **Fórum China África**
- **João Lourenço Assume Liderança do MPLA**
- **Aliança África- Europa**
- **Eleições Gerais em São Tomé e Príncipe**
- **TICAD**
- **Eleições Autárquicas em Moçambique**
- **Polémica na RDC**
- **Filho de José Eduardo dos Santos Foi Preso**
- **Melhora a Governação em África**

Fórum China – África

Teve lugar, entre os dias 2 e 4 de setembro, em Pequim mais uma edição do Fórum de Cooperação China – África a qual contou com a presença de 53 países africanos, apenas a eSwatini (antiga Suazilândia) não esteve presente por manter relações diplomáticas com Taiwan.

Na edição deste ano do Fórum participaram todos os PALOP. Pela primeira vez participaram o Burkina Faso, a Gâmbia e São Tomé e Príncipe, países que, até agora, reconheciam Taiwan e não a República Popular da China.

O objetivo deste Fórum foi o de cimentar as relações entre a China e o continente africano nas mais diversas áreas. Os esforços investidos pelas autoridades chinesas na preparação deste evento são um sinal claro da importância que Pequim atribui ao relacionamento com os países africanos.

Para criar um ambiente mais agradável para os visitantes, as autoridades de Pequim adotaram fortes medidas de controlo da poluição semelhantes às que tinham sido adotadas durante os Jogos Olímpicos de Pequim em 2008.

Para os países africanos a China é um parceiro incontornável no apoio aos seus esforços de desenvolvimento devido à sua capacidade financeira e apoio ao nível de recursos humanos qualificados.

A China tem vindo a assumir-se, ao longo da última década, como o principal parceiro comercial de África. De acordo com dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, as trocas comerciais entre a China e o continente africano ascenderam, em 2017, a 200 mil milhões de USD. Paralelamente o investimento direto chinês nos países africanos tem também aumentado de forma sustentada.

Com vista à preparação desta Cimeira, o Presidente chinês, Xi Jinping, visitou, em julho passado, vários países africanos para avaliar o estado atual das relações e procurar novas áreas que permitissem aprofundar o relacionamento.

Angola, que esteve representada pelo Presidente João Lourenço, negociou com a China uma nova linha de crédito no valor de 11 mil milhões de euros destinada a financiar vários projetos, nomeadamente, o novo aeroporto internacional de Luanda cuja construção está a cargo de empresas chinesas.

Moçambique, que esteve representado pelo Presidente Filipe Nyusi, aproveitou este evento para estabelecer vários acordos com as autoridades chinesas nas áreas da mineração, produção de energia e infraestruturas. No entanto, a grande prioridade moçambicana, no seu relacionamento com a China, é a promoção de investimentos na área da agricultura, através da construção de infraestruturas agrícolas, introdução de novas tecnologias, mecanização e investigação.

A Guiné Bissau, que esteve representada em Pequim pelo Presidente José Mário Vaz, procurou obter o apoio chinês para investimentos na agricultura, pescas, turismo e exploração mineral.

No caso cabo-verdiano, a delegação foi chefiada pelo Primeiro-Ministro Ulisses Correia e Silva, o qual procurou avançar com o projeto da Zona Económica Especial Marítima em São Vicente, a qual deverá contar com o apoio chinês.

A presença de São Tomé e Príncipe em Pequim, cuja delegação foi chefiada pelo Primeiro-Ministro Patrice Trovoada, foi uma das estreias africanas neste Fórum. Até

2016 São Tomé e Príncipe mantinha relações diplomáticas com Taiwan, razão pela qual não participava neste Fórum.

Após o restabelecimento das relações diplomáticas com Pequim, os dois países tem dialogado sobre possíveis investimentos chineses, nomeadamente, ao nível do alargamento do aeroporto internacional de São Tomé e o desenvolvimento de infraestruturas de apoio ao setor piscícola.

Durante a edição deste ano do Fórum, foi aprovada a Declaração de Pequim subordinada ao tema “Em direção a uma Comunidade Sino-Africana com um Futuro Comum” e o Plano de Ação de Pequim 2019-2021.

A Declaração caracteriza aquilo que se pretende que venha a ser a relação entre a China e África. Uma relação entre iguais que trabalham num futuro comum e numa base de benefícios mútuos.

O Plano de Ação para 2019-2021 estabelece oito áreas prioritárias de intervenção da China em África para os próximos anos, nomeadamente: a nível industrial; conectividade ao nível das infraestruturas; ao nível comercial; promoção do desenvolvimento sustentável; ao nível da boa governação; ao nível da saúde; ao nível da educação e ao nível da segurança.

Durante a intervenção que o Presidente Jinping fez, foi anunciado que a China pretende alocar à cooperação com África, durante os próximos 3 anos, cerca de 60 mil milhões de USD. Este montante, embora seja bastante elevado, acaba por ser o mesmo que a China tinha anunciado na última edição do Fórum que teve lugar em 2015 em Joanesburgo, o que não deixou de surpreender, pela negativa, uma vez que se esperava que este valor fosse maior.

[João Lourenço Assume Liderança do MPLA](#)

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) realizou, sob o lema “MPLA - Com a Força do Passado e do Presente, Construamos um Futuro Melhor”, o seu VI Congresso Extraordinário a 8 de setembro, durante o qual houve lugar a uma profunda alteração dos membros dos diversos órgãos do partido.

A mudança mais importante foi a eleição de João Lourenço para o cargo de Presidente do partido em substituição de José Eduardo dos Santos que fica com o cargo de Presidente emérito.

No discurso de despedida, José Eduardo dos Santos, que esteve à frente do MPLA durante 39 anos, reconheceu que nem tudo terá corrido bem, mas saía convencido que o partido está fortalecido e desempenhou um papel importante na história de Angola, nomeadamente, no alcançar da paz.

A eleição de João Lourenço, que obteve 98,5% dos votos dos militantes do MPLA, pôs termo, ao fim de um ano, a uma espécie de liderança bicéfala que existia no país, com o João Lourenço à frente dos destinos do país, mas com Eduardo dos Santos a liderar o MPLA.

Com a eleição de João Lourenço como quinto Presidente do MPLA, depois de Ilídio Machado, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto e José Eduardo dos Santos, o partido entra numa fase de profunda renovação.

Para além da eleição de um novo Presidente, este congresso do MPLA ficou marcado por profundas alterações nos órgãos do partido, fazendo antever que novas mudanças possam ocorrer em breve, nomeadamente ao nível dos cargos provinciais.

Pela primeira vez foi nomeada uma mulher para o cargo de Vice-Presidente. A escolhida foi Luísa Damião que, para além de deputada, desempenha o cargo de Presidente do Grupo de Mulheres deputadas do MPLA.

O novo secretário-geral do partido é Álvaro Boavida Neto que, até agora, desempenhava o cargo de Governador Provincial do Bié.

Ao nível do Bureau Político do MPLA houve uma grande mudança com a saída de 22 dos 55 membros. Estas saídas estão ligadas a figuras que, devido à idade ou à proximidade com José Eduardo dos Santos, não faziam parte das escolhas do novo Presidente. Assim, figuras como o anterior secretário-geral, António Paulo Kassomo, o antigo governador de Luanda, General Higinio Carneiro ou o antigo Vice-Presidente do MPLA, Roberto de Almeida, não foram reconduzidos nos seus lugares no Bureau Político.

Paralelamente a estes afastamentos, vários elementos do MPLA, como o Ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, ou a Ministra da Hotelaria e Turismo, Maria Ângela Bragança, foram promovidos.

Para além da mudança de rostos, tudo leva a creer que haverá também mudança de prioridades e de estilos com esta nova direção do partido.

No seu primeiro discurso como Presidente do MPLA, João Lourenço indicou que, à semelhança do que já defende ao nível do governo angolano, o partido deve concentrar-se no combate à corrupção, ao nepotismo, à impunidade, e ao enriquecimento ilícito que são os males que prejudicam a economia e a imagem, interna e externa, do país.

João Lourenço referiu que um futuro melhor para todos os angolanos só será possível se houver a capacidade e vontade de corrigir o que não está bem. Relembrou, que o MPLA é o um partido capaz de enfrentar os problemas e resolve-los, fazendo alusão aos tempos da conquista da independência, da luta contra o regime do apartheid da África do Sul e ao longo processo que pôs fim à guerra civil angolana.

O novo Presidente do partido não deixou de lado no seu discurso as batalhas eleitorais que o MPLA tem pela frente. Apesar de manter a maioria absoluta no país, os últimos resultados das eleições legislativas foram os mais baixos de sempre, com 60%, o que levou João Lourenço a apelar aos militantes do MPLA a um trabalho próximo dos cidadãos para melhorar estes resultados e preparar o partido para as eleições autárquicas.

[Aliança África – Europa](#)

O Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, anunciou a 12 de setembro no seu discurso sobre o Estado da União, em Estrasburgo, uma proposta para uma nova Aliança África-Europa¹, cujo grande objetivo é a aposta no investimento no continente africano com vista a fomentar a criação de emprego e o aumento das trocas comerciais.

¹ **Reforçar a Parceria da UE com África. Uma nova Aliança África-Europa para investimentos e empregos sustentáveis.**
https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/soteu2018-factsheet-africa-europe_pt.pdf

Esta proposta anunciada por Juncker reforça a ideia de que África é uma prioridade para a Europa e que, por outro lado, é necessário apostar na criação de uma parceria entre iguais, e não apenas numa perspectiva de ajuda ao desenvolvimento que tenha benefícios para os dois lados. Esta proposta deve ser entendida como uma resposta da UE à questão migratória que tem vindo a afetar diversos países europeus, criando tensões internas em vários deles.

Ao criarem-se as condições para uma melhoria económica em África, nomeadamente através da criação de mais empregos, será possível estancar os fluxos migratórios em direção à Europa.

A importância da UE para África é incontornável. A UE é o maior investidor em África, o principal parceiro comercial e de desenvolvimento. Entre 2014 e 2020, a UE prevê despende 31 mil milhões € em ajuda pública ao desenvolvimento em África destinados, sobretudo, a estimular a economia, a segurança alimentar, o acesso à energia, a promoção da boa governação e o respeito pelos direitos humanos.

As medidas apresentadas nesta proposta vão ao encontro dos compromissos europeus assumidos durante a Cimeira União Africana – União Europeia, que teve lugar em Abidjan em novembro do ano passado, e no âmbito da qual os dois blocos acordaram em reforçar a sua parceria.

Apostando na promoção do emprego como peça fundamental desta proposta, a UE pretende criar 10 milhões de empregos em África ao longo dos próximos 5 anos. A criação de empregos será potenciada pelo envolvimento do setor privado, uma aposta na educação e o desenvolvimento de competências com vista a garantir a empregabilidade.

Com vista a responder às necessidades do mercado, a educação será essencial para formar as gerações mais novas. Até 2020 a UE pretende apoiar 35 mil estudantes e investigadores africanos no âmbito do programa Erasmus+, número que deverá ascender aos 105 mil até 2027.

Os empregos necessários serão criados com a forte participação do setor privado, mas, para que tal aconteça, os países africanos deverão apostar numa melhoria do ambiente empresarial e do clima de investimentos.

A promoção das trocas comerciais é outra vertente desta proposta europeia. O objetivo é o de aumentar a percentagem do comércio africano que é feito com a Europa e que atualmente se situa nos 36%. Para tal, a nova Aliança África-Europa pretende caminhar em direção a uma verdadeira zona de comércio livre que substitua os inúmeros acordos comerciais existentes entre a UE e África.

As ambições desta proposta são bem visíveis nas metas quantificáveis que apresenta. Assim, os investimentos em infraestruturas e transportes visam disponibilizar acesso a estradas transitáveis todo o ano a mais de 24 milhões de pessoas. Cerca de 750 mil pessoas irão receber formação profissional com vista ao desenvolvimento de competências e mais 30 milhões de pessoas passarão a ter acesso a energia elétrica graças aos investimentos realizados, nomeadamente, ao nível das energias renováveis.

Para o cumprimento destas metas, os instrumentos financeiros serão essenciais. Para o período 2021-2027 a UE pretende canalizar para África fundos no valor de 40 mil milhões €, aos quais se juntarão os fundos oriundos do Plano de Investimento Externo (PIE), os quais deverão ascender aos 44 mil milhões €.

O objetivo central do PIE é a promoção do setor privado e o investimento público nos países de África e os países abrangidos pela política de vizinhança europeia com o objetivo de fomentar o crescimento económico e combater as causas profundas da migração.

Para operacionalizar a Aliança África-Europa irão ter lugar diversos encontros entre as duas partes com o objetivo de definir as prioridades de atuação. A execução desta proposta terá em atenção as particularidades existentes no continente africano, nomeadamente, no que diz respeito aos países do Norte de África fruto da sua relação com a UE ao abrigo da política europeia de vizinhança.

[Eleições Gerais em São Tomé e Príncipe](#)

Realizaram-se, a 7 de outubro, em São Tomé e Príncipe eleições legislativas para eleger os 55 lugares da Assembleia Nacional, eleições autárquicas para as seis câmaras distritais e eleições para o governo regional do Príncipe. Pela primeira vez desde que foi instaurada a democracia no país em, 1991, um partido, a Ação Democrática Independente (ADI) conseguiu terminar uma legislatura.

A ADI, liderada por Patrice Trovoadá, subiu ao poder com um ambicioso programa político que prometia transformar o país. Porém, os 4 anos de governo da ADI não foram pacíficos. O país não conseguiu obter os apoios internacionais desejados e a convivência com a oposição foi assumindo contornos, cada vez mais, tensos. Vários episódios, como a criação do Tribunal Constitucional e as alegadas tentativas de golpe de estado e de assassinato do Primeiro-ministro, foram agravando a situação.

Patrice Trovoadá partiu para estas eleições com o desejo de reforçar o seu poder obtendo nova maioria absoluta que, segundo ele, permitiria à ADI continuar programa de transformação do país. Como pontos positivos, apresentou o seu plano de eletrificação do país que, nos últimos 4 anos, permitiu levar eletricidade a várias zonas do país, assim como o plano de melhoria das redes viárias.

A oposição a Trovoadá tinha como principal rosto o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata (MLSTP-PSD) que partiu para estas eleições com uma nova liderança encabeçada por Jorge Bom Jesus.

O outro principal movimento da oposição era a coligação formada pelo Partido da Convergência Democrática (PCD), a União para a Democracia e Desenvolvimento (UDD) e o Movimento Democrático Força da Mudança (MDFM), liderada por Arlindo Carvalho.

Os dois principais movimentos da oposição assinaram um acordo de princípio que, caso nenhum deles obtivesse a maioria absoluta, manifestavam a sua disponibilidade para se juntarem e formarem governo.

As eleições foram marcadas por uma enorme afluência às urnas. De acordo com a Comissão Eleitoral Nacional, dos 90 mil eleitores inscritos, terão votado cerca de 81% dos eleitores.

Os resultados finais deram a vitória à ADI, que obteve 32.805 votos, o que lhe permitiu eleger 25 deputados, mas longe do número ambicionado dos 28 que lhe permitiria alcançar a maioria absoluta. Em 2004, a ADI venceu as eleições com maioria absoluta tendo eleito 33 deputados.

A ADI poderia ainda contar com os dois deputados eleitos pelo Movimento de Cidadãos Independentes de São Tomé e Príncipe no distrito de Caué, no sul do país, mas, mesmo assim, não chegaria aos 28 deputados desejados.

Em segundo lugar ficou o MLSTP-PSD, liderado por Jorge Bom Jesus, que obteve 31.634 votos que se traduziram em 23 deputados, uma clara subida em relação aos 16 deputados eleitos em 2004. Em terceiro lugar ficou a coligação PCD- MDFM/PL - UDD que elegeu 5 deputados.

As restantes três forças concorrentes às eleições legislativas, Força do Povo, Movimento Social Democrata - Partido Verde e Partido de Todos os Santomenses não conseguiram eleger nenhum deputado.

Com base nestes resultados, o MLSTP-PSD e a coligação PCD-MDFM/PL-UDD estarão em condições de formar governo com maioria absoluta. Esta intenção já tinha sido anunciada por ambos ao divulgarem, antes das eleições, um acordo de incidência parlamentar.

Apesar de a oposição ter maioria absoluta, a ADI não desiste do direito de formar governo enquanto força política que ganhou as eleições. Este impasse levou a que o país vivesse momentos de grande tensão política e de impasse em relação ao seu futuro.

Na tentativa de quebrar este impasse, dois antigos Presidentes de São Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa e Miguel Trovoada, juntamente com o antigo Primeiro-Ministro Leonel Mário d'Alva, decidiram convidar as forças políticas são-tomenses para um encontro que permitisse encontrar uma saída para a crise política no país.

O processo de constituição do novo governo será, necessariamente, complexo. Até 22 de novembro, data em que os novos deputados eleitos se reunirão pela primeira vez na Assembleia Nacional, deverão decorrer intensas negociações de bastidores entre os principais atores políticos do país.

A ADI tentará formar governo, enquanto partido vencedor das eleições, procurando obter o apoio de 3 deputados de outras formações para conseguir a maioria absoluta.

Por outro lado, o MLSTP tentará manter a coligação com o PCD, MDFM/PL, UDD, que lhe dá as condições para governar com maioria absoluta. No entanto, esta última solução não está também isenta de problemas, porque será necessário um complexo processo negocial para distribuir os cargos ministeriais entre os vários partidos.

No caso das eleições autárquicas, a ADI também viu diminuir o seu apoio tendo apenas conquistado uma câmara. Nas eleições de 2014, a ADI tinha conquistado 5 autarquias.

O MLSTP-PSD conquistou a câmara de Água Grande, onde se situa a capital do país, a de Cantagalo e a de Lembá. As câmaras de Lobata e Caué serão geridas pelo MLSTP-PSD e a coligação PCD-MDFM-UDD. A ADI, que antes destas eleições controlava 5 das 6 câmaras municípios, ficou reduzida à Câmara de Mézochi.

Nas eleições na região autónoma do Príncipe, a União para Mudança e Progresso do Príncipe, liderada pelo Presidente do Governo Regional, Tozé Cassandra venceu pela quarta vez consecutiva, renovando a sua maioria absoluta com 5 deputados, ficando os restantes dois para o Movimento Verde.

TICAD

Decorreu a 6 e 7 de outubro em Tóquio a sétima edição do Tokyo International Conference in African Development (TICAD).

Esta iniciativa do governo japonês, criada em 1993, conta com o apoio de outros parceiros importantes do desenvolvimento multilateral, nomeadamente, do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o envolvimento da União Africana.

O principal objetivo do TICAD é o de promover o diálogo político entre os países africanos e os seus parceiros de desenvolvimento e a mobilização de recursos para o desenvolvimento.

A edição deste ano do TICAD, em que estiveram presentes 52 países africanos, teve como temas prioritários a transformação económica para o crescimento inclusivo; a promoção de sociedades sustentáveis e estáveis para a segurança humana e o reforço da conectividade em África. Os participantes consideram que estes temas são

cruciais com vista a combater as vulnerabilidades africanas que impedem a existência de um crescimento económico sustentável.

O Japão renovou o seu compromisso de apoio ao continente africano, quer do ponto de vista público, com verbas na ordem dos 30 mil milhões de USD para o período 2016-2019, quer do ponto de vista privado com mais de 800 empresas japonesas presentes em África.

A próxima reunião do TICAD terá lugar em agosto de 2019 em Yokohama.

Eleições Autárquicas em Moçambique

As eleições autárquicas em Moçambique, que abrangeram 53 localidades, tiveram lugar a 10 de outubro. Esta foram as quintas do género na história do país, desde a realização das primeiras em 1998.

Concorreram a estas eleições 22 partidos, coligações e grupos de cidadãos. No entanto, apenas três partidos, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) apresentaram candidatos a todas as 53 autarquias.

O período pré-eleitoral foi algo conturbado com vários partidos a verem os seus eventuais candidatos a serem afastados do processo. Os casos mais mediáticos foram os de Samora Machel Júnior, que pretendeu concorrer como cabeça de lista da Associação Juvenil para o Desenvolvimento (AJUDEM), e a candidatura de Venâncio Mondlane como primeira figura da candidatura da RENAMO também a Maputo.

No caso de Samora Machel Júnior a sua candidatura foi inviabilizada por um acórdão do Conselho Constitucional que baseou a sua decisão na falta de documentação por parte de vários membros desta candidatura.

Para os apoiantes de Samora Machel, esta decisão ficou a dever-se a pressões da própria FRELIMO que temia que esta candidatura retira-se votos ao seu candidato. Muitos membros da AJUDEM, a maioria dos quais dissidentes da FRELIMO, terão sido pressionados a desistir do apoio a esta candidatura por indivíduos próximos da FRELIMO.

Apesar de se ver afastado da corrida autárquica, Samora Machel Júnior anunciou que não irá desistir da vida política e que pondera concorrer às próximas eleições presidenciais.

O afastamento de Venâncio Mondlane, apontado como um sério candidato à vitória em Maputo, ficou a dever-se à decisão da Comissão Nacional de Eleições que deu razão a uma queixa apresentada seu antigo partido, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

O MDM que considerou ilegal a candidatura de Mondlane, por este ter renunciado ao seu mandato na Assembleia Municipal de Maputo em 2015. De acordo com a lei moçambicana, não é elegível a órgãos autárquicos o cidadão que tiver renunciado ao mandato imediatamente anterior.

A RENAMO contestou esta decisão, acusando a Comissão Nacional de Eleições de ser parcial e subjetiva nas suas decisões, as quais favoreciam as candidaturas da FRELIMO.

Perante esta posição da Comissão Nacional de Eleições e do Conselho Constitucional, a RENAMO decidiu que o número dois da candidatura de Venâncio Mondlane, o Major-General na reserva Herminio País passava a cabeça de lista do partido na corrida a Maputo. Com vista a capitalizar a imagem de Mondlane, a RENAMO também anunciou que o seu antigo candidato passaria a exercer o cargo de porta-voz da candidatura de Herminio Pais.

Tal como sucedeu em outros atos eleitorais, a divulgação oficial dos resultados foi sendo adiada e o conhecimento de resultados preliminares fez aumentar a tensão no país. Os dados que foram sendo conhecidos foram, de imediato, contestados pela oposição, especialmente pela RENAMO.

Estas críticas ficaram a dever-se às eventuais vitórias da FRELIMO em municípios em que a contagem foi muito renhida e em que a oposição estava convencida de ter ganho como foi o caso dos municípios da Matola, Marromeu, Monapo, Alto Molocué e Moatize.

A FRELIMO venceu 44 dos 53 municípios, nomeadamente em Maputo, onde a RENAMO depositava alguma esperança na vitória apesar de não ter podido

apresentar o seu candidato preferido, Venâncio Mondlane. Apesar desta vitória, em relação às últimas eleições autárquicas, a FRELIMO perdeu cinco municípios. Mesmo nos que venceu, a FRELIMO perdeu a maioria em 15 deles e obteve vitórias tangenciais em 9 municípios.

A RENAMO venceu em 8 municípios, com especial destaque, pela sua importância demográfica, para a vitória em Nampula. Apesar de contestar os resultados em alguns municípios, este resultado foi uma clara vitória para a RENAMO que tinha boicotado as últimas eleições autárquicas.

O líder interino da RENAMO, Ossufo Momade, acusou a FRELIMO de irregularidades nestas eleições e avisou que não iria aceitar os resultados em diversos municípios. Por outro lado, ameaçou com romper o acordo de paz assinado com o governo moçambicano, caso não fossem investigadas as queixas da RENAMO.

Face às irregularidades apontadas, a RENAMO interpôs recurso judicial dos resultados das eleições autárquicas em cinco municípios do país: Moatize, Monapo, Marromeu, Alto Molócue e Matola, alegando ter vencido em todos eles e acusando a FRELIMO de deturpação dos resultados finais.

O caso mais complicado foi o da Matola, tradicional reduto da FRELIMO, onde os resultados finais deram a vitória à FRELIMO por uma margem muito pequena, 48,05% dos votos contra 47,28% da RENAMO e 4,11% do MDM.

As queixas da RENAMO foram consideradas sem fundamento pelos órgãos eleitorais.

O MDM sofreu pesadas derrotas que se explicam facilmente pelo facto de, ao contrário de 2013, a RENAMO ter concorrido e ambos os partidos disputarem o mesmo eleitorado. Apesar disso, o MDM conseguiu manter o controlo da Beira, embora sem maioria absoluta, devido, acima de tudo, à imagem do seu Presidente Daviz Simango que conseguiu derrotar um peso pesado da RENAMO, Manuel Bissopo.

[Polémica Eleitoral na RDC](#)

A Comissão Eleitoral da República Democrática do Congo publicou, a 20 de setembro, a lista com os 20 candidatos às eleições de 23 de dezembro, formalizando a exclusão

dos dois mais importantes membros da oposição, Moïse Katumbi e Jean-Pierre Bemba.

O regresso de Bemba ao país em agosto passado foi recebido com grande entusiasmo no seio da oposição a Kabila. Apesar de ter tentado formalizar a sua candidatura, a Comissão Eleitoral Congoleza vetou-a, alegando que Bemba, ao estar envolvido num caso de suborno de testemunhas, não poderia ser candidato.

No caso de Moïse Katumbi, a sua candidatura não avançou porque se viu impedido de entrar no país para a formalizar. Apesar de ter sido um aliado de Kabila, Katumbi passou a ser, a partir de 2015, um forte crítico do governo congolês. Temendo pela sua vida, exilou-se na Zâmbia, país aonde ainda reside.

Sem a presença dos principais rostos da oposição, as candidaturas mais fortes passam a ser as de Félix Tshisekedi e de Vital Kamerhe. Do lado do atual regime, o principal nome é Emmanuel Ramazani Shadary, antigo Ministro do Interior, considerado como o sucessor do Presidente Joseph Kabila.

A campanha eleitoral para as eleições presidenciais, legislativas e provinciais terá início a 22 de novembro, estado as mesmas marcadas para 23 de dezembro.

Apesar de não se poder candidatar a um terceiro mandato, Kabila poderá continuar a exercer o seu poder caso Ramazani Shadary vença as eleições, já que ambos são considerados aliados muito próximos. Para que seja bem-sucedido, Ramazani Shadary necessita da popularidade de Kabila junto dos principais bastiões do partido no poder, o Partido Popular para a Reconstrução e Democracia, para promover a sua candidatura.

[Filho de José Eduardo dos Santos Foi Preso](#)

José Filomeno dos Santos, conhecido como “Zenú” filho do antigo Presidente angolano José Eduardo dos Santos foi detido, a 21 de setembro, sob a acusação de associação criminosa, tráfico de influências, burla e branqueamento de capitais.

Zenú, antigo responsável pelo Fundo Soberano de Angola é acusado de ter desviado 500 MUSD do Banco Nacional de Angola. Este desvio terá contado com o apoio do

então governador do Banco Nacional de Angola, Valter Filipe Duarte da Silva, também ele agora detido sob as mesmas acusações.

As suspeitas contra o filho do antigo Presidente angolano já se vinham a avolumar deste o início do ano. Em março passado, Zenú tinha sido exonerado do Fundo Soberano de Angola pelo Presidente, João Lourenço, e constituído arguido na sequência de uma investigação relacionada com esta transferência irregular.

Esta detenção é parte da operacionalização das intenções do Presidente angolano de combate à corrupção no país.

Esta intenção tinha sido reiterada por João Lourenço no VI Congresso do MPLA, realizado no início de setembro, no qual o atual Presidente angolano substituiu Eduardo dos Santos na chefia do maior partido angolano. Nessa ocasião, João Lourenço deixou bem claro que o combate à corrupção era a grande prioridade e atingiria quem fosse preciso, numa clara alusão a destacados membros do partido que pudessem estar envolvidos nesta prática.

Para além de Zenú, também o antigo Ministro da Economia e Finanças, e mais tarde dos Transportes, do Governo de Eduardo dos Santos, Augusto Tomás, foi detido sob a acusação de envolvimento num desvio de fundos do Conselho Nacional de Carregadores, órgão afeto ao Ministério dos Transportes que ele tutelou.

Melhora a Governação em África

De acordo com os dados apresentados, em finais de outubro, pelo índice Ibrahim de Governação Africana referentes a 2017², houve claras melhorias no desempenho do continente africano ao nível da boa governação. Mas se esta melhoria é, em termos gerais, positiva, não deixa de levantar algumas preocupações quando analisamos cada país individualmente.

Lançado pela primeira vez em 2007 pela Fundação Mo Ibrahim, o Índice Ibrahim de Governação Africano mede anualmente a qualidade da governação nos países africanos através da compilação de dados estatísticos que são agregados em 100 categorias e são obtidos através de diversas fontes.

² <http://mo.ibrahim.foundation/>

O objetivo é que a informação recolhida e analisada sirva não só para informar a população, mas também para apoiar os decisores públicos e privados nas suas decisões e opções de ação.

As melhorias a nível continental foram conseguidas graças ao desempenho de 15 dos 54 países africanos. No capítulo das melhorias, destacam-se o Quénia, que subiu de 19.º lugar para 11.º na tabela de 54 países, Marrocos (25.º para 15.º) e Costa do Marfim (41.º para 22.º). Para além destes países, o relatório da Fundação Mo Ibrahim destaca também os bons resultados da Tanzânia, Uganda, Sudão, Egito, Camarões, Gana, Libéria, Burkina Faso e Somália.

Do lado negativo, o índice destaca o agravamento da situação, em termos gerais, em países como a Nigéria, Republica Democrática do Congo, Argélia, Líbia, Gabão, Guiné Equatorial, Botsuana e Moçambique.

Mas apesar deste otimismo moderado, o índice deste ano chama a atenção para o facto de as melhorias não serem suficientes para dar resposta às realidades destes países, nomeadamente, ao nível do crescimento da população, a inevitável pressão sobre os serviços públicos e a criação de empregos para os mais jovens.

No que diz respeito aos PALOP, as classificações mantem-se idênticas às do ano passado. Cabo Verde continua a ter a melhor classificação, tendo subido novamente ao terceiro lugar, sendo apenas superado pelas Ilhas Maurícias (79,5 pontos), em primeiro lugar no ranking, e as Seicheles (73,2 pontos), em segundo lugar.

São Tomé e Príncipe, aparece em 12º lugar no ranking, seguido por Moçambique, que, apesar do 25º lugar, apresenta sinais de deterioração acelerada na governação. O 42º lugar é ocupado pela Guiné-Bissau, a qual mostra uma melhoria. Angola está situada no 45º lugar.

Uma importante constatação deste índice é que a dimensão da economia não determina a qualidade da governação, pois o Produto Interno Bruto (PIB) de Angola é substancialmente superior ao de Cabo Verde, mas este país está 42 posições acima do seu parceiro na CPLP.

A Guiné Equatorial, na 48ª posição, mostra que a tendência negativa desde 2008 se acentuou nos últimos anos.